



Número: **0847654-86.2019.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **19ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **31/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE DE SOUZA (AUTOR)		JANAYNA MARIA ALVES BEZERRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
49811779	14/10/2019 16:42	Petição Inicial	Petição Inicial
49811787	14/10/2019 16:42	ACAO DPVAT - JOSE DE SOUZA	Outros documentos
49811793	14/10/2019 16:42	DOCUMENTOS PESSOAIS	Outros documentos
49811795	14/10/2019 16:42	COMPROVANTE DE RESIDENCIA - JOSE DE SOUZA	Outros documentos
49811797	14/10/2019 16:42	ATENDIMENTO HOSPITALAR	Outros documentos
49811798	14/10/2019 16:42	ATESTADOS MEDICOS	Outros documentos
49811799	14/10/2019 16:42	BOLETIN DE OCORRENCIA	Outros documentos
49811802	14/10/2019 16:42	DOCUMENTO DE MOTO	Outros documentos
49811803	14/10/2019 16:42	LAUDOS E ATESTADOS	Outros documentos
49811804	14/10/2019 16:42	NEGATIVA	Outros documentos

Segue em anexo inicial e documentos diversos



ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr^a JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE UMA DAS
VARAS DO CÍVEIS DA COMARCA DE NATAL ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE, A QUEM COUBER POR DISTRIBUIÇÃO LEGAL**

JOSE DE SOUZA, brasileiro, solteiro, Vigilante, inscrito no CPF/MF sob o nº491.204.414-87, portador do RG: 306206225 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Humberto Gama de Carvalho, nº1943, Capim Macio, Natal/RN, CEP: 59082-510, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de sua advogada, legalmente constituída, conforme procuração em anexo, com escritório profissional na Rua Comandante Petit, nº41, Centro, Parnamirim/RN, CEP: 59140-190, local onde deverá receber todas as intimações de praxe, propor a presente

ACÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com personalidade jurídica própria, com inscrição do CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com endereço para citação na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, CEP: 20.031.205, Centro, Rio de Janeiro/RJ, pelas razões fáticas e jurídicas que passo a expor:

I - DA JUSTIÇA GRATUITA

1. Inicialmente requer os benefícios da Justiça Gratuita, por ser pobre na forma da Lei, bem como pelo fato de que se tivesse que arcar com as custas e emolumentos judiciais



ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr^a JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

encontrar-se-ia em estado de miserabilidade. Tudo com inteligência na Lei 1.050/60 e suas concomitantes legais.

II - DOS FATOS E DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2. Em 05/07/2018, o Autor pilotava a motocicleta HONDA NXR 160 BROS ESDD, de cor PRETA, ano 2016, RENAVAN 01081710095, de placa QGE6262, CHASSI 9C2KD0810GR437493, em nome de JOSE DE SOUZA, quando foi vítima de um acidente, ao dirigir em via pública na Rua Dr. ÁTILA PAIVA, no Bairro do Vale do Sol, próximo ao restaurante a Rainha do Pastel no momento em que estava trabalhando de vigilante na sua rota de trabalho as 23:00hrs, e para não colidir com o veículo que vinha na sua frente, pois o veículo freou bruscamente para não atropelar um animal (cachorro), que estava em via pública. Ressaltasse que o autor para não colidir com o automóvel, a moto derrapou onde o mesmo veio ao chão. Mesmo assim o REQUERENTE continuou trabalhando por 5 (cinco) dias, com muitas dores e com a mão inchada, pois não sabia que tinha fraturado o punho esquerdo. Destacasse que esta informação pode ser comprovada através dos laudos conforme documentos anexo.

3. Em decorrência desse trágico acidente o autor teve patologias de **CID 10 – S62 - Fratura ao Nível do Punho e da Mão** como consta em diversos laudos em anexos acostando tais problemas.

4. Sendo assim, o Suplicante munido de documentação necessária, a que alude ao acidente automobilístico, vem requerer de direito o seguro DPVAT.

III - DA LEGITIMIDADE ATIVAS AD CAUSAM:

5. O Seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículo automotores de vias terrestres - DPVAT, conhecido popularmente como seguro obrigatório, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidente de trânsito em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa.



ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr^a JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

6. No caso em comento, é de direito do autor perceber uma indenização por danos pessoais, ante a seu estado de incapacidade, em caráter **PERMANENTE** do membro inferiores, conforme laudo em decorrência aos danos causados pelo acidente.

IV - DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM:

7. O art.7º da Lei nº 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando de seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes ao seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será legítima para figurar no polo passivo que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

8. Nesse sentido também dispõe a Resolução CNSP 154/2006:

“Art. 5º (...) §6º Os consórcios de que trata o caput deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a receber as reclamações que lhes forem apresentadas. §7º Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seu respectivos líderes.”

9. Matéria também totalmente pacificada pela doutrina e jurisprudência dominante, que entendem que qualquer seguradora que faça parte da Seguradora Líder DPVAT S/A constitui-se parte legítima para o pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a Demandada, ora ré.

10. Quanto à legitimação passiva, mostra-se dirimida qualquer sombra de dúvidas, de sorte que qualquer seguradora, que atue na Seguradora Líder DPVAT S/A, formados pela reunião das empresas seguradoras e geridos pela seguradora Líder, poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

V- DA DESNECESSIDADE DE PRÉVIO PROCEDIMENTO (REQUERIMENTO) ADMINISTRATIVO.



ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr^a JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

11. A Lei nº 6.694/74(Instituto de Seguradora Líder DPVAT S/A), alterada pela Lei nº 11.945/2009, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, para pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte da Seguradora Líder DPVAT S/A, para tal fim.

12. É que os comandos legais acima elencados foram devidamente recepcionados pela norma constitucional vigente na questão em consonância com os princípios básicos estabelecidos e previstos dentro dos direitos e garantias fundamentais, tais como: O princípio da legalidade, inafastabilidade e indeclinabilidade da prestação jurisdicional.

13. O princípio da legalidade registra de forma sintética que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei. Para tanto, o princípio em questão serve de orientação para o legislador infraconstitucional, bem como aos cidadãos que estão sobre o prisma da carta constitucional. O princípio da legalidade mostra-se como preceito fundamental ao estado democrático de direito, ao tempo que estabelece freios ao poder do Estado, em sua relação com o cidadão.

14. Já o princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional, atribuída constitucionalmente ao poder judiciário, aduz que nenhuma norma legal ou outro ato normativo poderá fazer frente ou obstaculizar a atividade legítima do poder judiciário, na apreciação de lesão ou ameaça de lesão ao direito, sob pena de flagrante inconstitucional.

15. Neste sentido, o ilustre doutrinador Alexandre de Moraes, registra palavras a respeito da inexistência condicionada ou instância administrativa de curso forçado, aduzindo:

“Inexiste obrigatoriedade de esgotamento da instancia administrativa para que a parte possa acessar o judiciário. A Constituição de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instancia administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela



ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr^a JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

inexigibilidade de exaurimento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial, uma vez excluiu a permissão, que a emenda constitucionalidade n.º 7 há constituição anterior estabeleceria, de que a Lei condicionar-se o ingresso em juízo a exaustão das vias administrativas, verdadeiro obstáculo ao princípio do livre acesso ao judiciário.” (EM DIREITO CONSTITUCIONAL, 156 Ed, São Paulo).

16. Pois bem, neste sentido andou bem a lei já mencionada que instituiu o DPVAT, sendo certo que a inexistência de prévio pleito administrativo está de acordo com os princípios basilares elegidos pelo poder constituinte originário, ao passo que qualquer forma de exigência a prévio esgotamento de via administrativa mostra-se ilegal e manifestamente inconstitucional.

17. É também o entendimento dos nossos Tribunais, ou seja, da desnecessidade de requerimento administrativo para pleitear a Ação de cobrança do seguro DPVT, vamos a eles:

"CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR AUSÊNCIA DE PLEITO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE. PRINCÍPIO DO AMPLO ACESSO AO JUDICIÁRIO. ART. 5º, XXXV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA. PRECEDENTES. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO APELO. O fato do demandante não ter formulado pleito administrativo prévio para recebimento da indenização securitária, não obstaculiza o ingresso em juízo, Art. 5º, XXXV, da nossa Carta Magna. (Apelação Cível nº 2009.006430-0, julgamento em 18/08/2009, 2ª Câmara Cível, Relatora: Juíza Maria Zeneide Bezerra (Convocada)) (grifos acrescidos)

"CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. PRELIMINAR NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO SUSCITADA PELO APELADO. REJEIÇÃO.



ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr^a JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA REJEITADA. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. TRANSFERÊNCIA PARA O MÉRITO. MÉRITO: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ACIDENTE COM VEÍCULO AUTOMOTOR. INVALIDEZ PERMANENTE DO PUNHO ESQUERDO. INTERESSE DE AGIR AMPLAMENTE DEMONSTRADO. DESNECESSIDADE DE PLEITO ADMINISTRATIVO ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. COMPROVAÇÃO DO FATO, DO DANO E DO NEXO DE CAUSALIDADE – INDENIZAÇÃO EM PERCENTUAL DO VALOR MÁXIMO LEI 6.194/74, NA REDAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA. PRECEDENTES. DESPROVIMENTO DO RECURSO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS." (*Apelação Cível nº 2009.013139-5, julgamento em 23/03/2010, 2ª Câmara Cível, Relator: Des. Aderson Silvino*) (grifos acrescentados)

18. Fica claro a desnecessidade de requerimento administrativo para se pleitear a Ação de Cobrança do DPVAT.



ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr^a JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

VI - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO:

19 Anota o Art.5.º da Lei 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, vejamos:

“ Art. 5.º - O pagamento de indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

20 Destarte, o§1.º, “a” do mesmo artigo, alterado pela Lei 8.441/92. Assevera que a indenização será paga mediante a apresentação dos seguintes documentos, a saber:

- a) *Certidão de Óbito*
- b) *Registro de Ocorrência no Órgão Policial competente*
- c) *Prova de qualidade de beneficiários em caso de morte.*

21 Reforçando a ideia do artigo acima citado pontifica o art. 7.º Caput, da Lei 6.194/74 ao estabelecer que:

“Art. 7.º- A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, por seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido será pago nos mesmos valores, condição e prazo dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

22 Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do Prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.



ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr^a JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

23 Independente do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na corte do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:

“STJ. Súmula 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT) não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.

24 Sendo assim, é incontroversa a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão somente exigir prova de fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

VII - DA ATUALIZAÇÃO MONETARIA DESDE 29.12.2006, DATA DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 340, POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI N° 11.482/2007:

25 A Medida Provisória nº340 de 29 de dezembro de 2006, posteriormente convertida na lei nº11.482/2007, apenas transformou os 40 (quarenta) salários mínimos em reais, chegando ao valor de R\$ 13.500,00, sem prever a forma de atualização monetária. Para evitar que a indenização amargue, ano após ano, os efeitos da corrosão da moeda, até que se torne irrisória, existe a necessidade que o referido valor seja corrigido desde o dia 29/12/06.

26 Tal incidência decorre do fato da indenização não mais ser calculada com base no salário mínimo, o qual por si só mantinha-se atualizado, e sim, ter como o seu teto máximo, conforme ditames da Medida Provisória 340/2006, a quantia certa de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este que sofre depreciação inflacionária desde a sua previsão.

27. A atualização monetária serve para recompor o valor da moeda em razão da depreciação inflacionária ocorrente no país. Neste sentido, espera-se que o Judiciário, tendo sempre como norte o caráter eminente social do seguro obrigatório (DPVAT),



ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr^a JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

pacifique o entendimento que esses valores (R\$ 13.500,00 ou R\$ 2.700,00) devem ser atualizados desde a referida MP, mormente levando-se em conta que a atualização monetária não representa nenhum plus, acréscimo, ônus ou penalidade, mas tão somente uma medida para evitar um enriquecimento ilícito à custa das já penalizadas vítimas do trânsito.

28. O Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná comunga, neste sentido, recentes julgados que pacificaram o entendimento:

“EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. ACIDENTE CAUSADO POR VEÍCULO ESTRANGEIRO IRRELEVÂNCIA INDENIZAÇÃO DEVIDA. QUANTUM INDENIZATÓRIO CALCULADO CONFORME A EXTENSÃO DA INVALIDEZ DA VÍTIMA EXEGESE DO ARTIGO ARTIGO 3º, §1º, II, DA LEI 6194/74. **CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE DESDE A VIGÊNCIA DA MP 340/2006** TETO MÁXIMO INDENIZATÓRIO FIXADO EM R\$ 13.500,00 VALOR QUE SOFRE DEPRECIACÃO DESDE A SUA PREVISÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO POR UNANIMIDADE. 1 - Frisa-se que mesmo se tratando de automóvel estrangeiro, a indenização referente a seguro DPVAT é devida. 2 - Tem-se como acertado o valor indenizatório fixado pelo juízo a quo (R\$4.725,00), eis que de acordo com os ditames do artigo 3º, §1º, II, da Lei 6194/74. 3- **No que tange à correção monetária, coaduna-se ao entendimento que para os casos posteriores à Medida Provisória 340/2006, o seu marco inicial deve ocorrer da vigência de tal norma.** Processo: 915183-5 (Acórdão) Relator (a): José Laurindo de Souza Netto Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível Comarca: Foz do Iguaçu Fonte/Data da Publicação: DJ: 943 06/09/2012”

“APELAÇÃO CÍVEL COBRANÇA DO SEGURO DPVAT AUSÊNCIA DE PLEITO ADMINISTRATIVO - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A INSTRUÇÃO DO PROCESSO APRESENTADOS – INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO GRAU DE INVALIDEZ DA VÍTIMA



ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr^a JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

LAUDO PERICIAL QUE ATESTA A INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA VALOR DA INDENIZAÇÃO SEGUNDO O GRAU DE REPERCUSSÃO EXEGE DO INCISO II, DO §1º, DO ART. 3º DA LEI 6.194/74 - *CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO*. - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - LIMITE PREVISTO PELA LEI Nº 1.060/50 INAPLICABILIDADE. RECUSOS DESPROVIDOS. 1- A inexistência de pedido administrativo não pode levar ao reconhecimento da falta de interesse processual, nem, tampouco, no indeferimento da inicial. 2 Os documentos acostados aos autos demonstram a existência de acidente automobilístico com vítima, sendo, pois, suficientes para embasar a indenização pretendida. 3 – A combinação do artigo 3º, II, com o artigo 5º, §5º, da Lei 6.194/74, que taxativamente limita a indenização do Seguro Obrigatório em "até" R\$13.500,00, permite concluir que o valor da cobertura nos casos de invalidez permanente, varia conforme o grau de incapacidade da vítima. 4 - Estabelecido que o valor da indenização deve ser calculado com base no valor estabelecido pela MP 340/2006, é a partir sua entrada vigor que deve incidir a correção monetária, vez que nada acrescenta ao capital, apenas recompõe o poder da moeda. 5 - Sendo vencedora a parte que estava ao abrigo da assistência judiciária gratuita, a fixação de honorários advocatícios prevista no artigo 11, § 1º, da Lei nº1.060/50, pode ultrapassar o limite de 15% (quinze por cento), desde que observadas as regras previstas no CPC, norma geral que prevalece sobre a regra específica contida no mencionado dispositivo. (TJPR - 10ª C.Cível - AC 914227-8 - Londrina - Rel.: Luiz Lopes - Unânime - J.19.07.2012)''

VIII- DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

29. A vigente redação da Lei nº 6.194/74, resultado das modificações oriundas das medidas Provisórias nº 340/2006 (convalidada pela Lei nº11.482/2007) e nº 451/2008 (Lei nº11.945/2009), dispõe que o seguro DPVAT destina-se a indenizar os seguintes danos, nos valores:



ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr^a JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (...) I- R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte; II- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente; e III- até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. § 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidentes e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente **parcial completa** e incompleta conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o dispositivo abaixo: (Incluído pela Lei 11.945, de 2009). I – quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura, e (Incluído pela Lei nº11.945, de 2009). II – quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funciona na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais. (Incluído pela Lei nº11.945, de 2009).”(grifamos)*

30. A tabela a que se refere o dispositivo, agora como anexo à Lei nº 6.194/74, está assim desenhada:

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	



ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr^a JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

FONTE: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l6194.htm#art33

IV - DA PERÍCIA



ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr^a JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

31. Diante da situação fática, se o Doutor Julgador entender a necessidade de se fazer Exame Pericial, segue os quesitos que deverão ser respondidos pelo (o) perito (a):

- a) Quais as lesões sofridas pelo Autor?
- b) As lesões decorreram de acidente de trânsito?
- c) Dessas lesões resultou invalidez permanente de membros, sentido ou função; incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável; perda ou inutilização de membro, sentido ou função; deformidade permanente?
- d) Total ou em parte? Havendo, em que percentual?

X - DOS PEDIDOS

32. Por tudo resta acima exposto, requer o Autor, que Vossa Excelência se digne a:

- a) Receber a presente ação, deferindo a mesma, os benefícios da Justiça Gratuita, nos moldes e pelos fatos acima mencionados, além disso, impingir a mesmo o rito sumário, conforme disposição expressa do art. 275 e SS do CPC;
- b) Determinar a citação dos Réus nos endereços acima declinado, para que as mesmas produzam as suas defesas, querendo, sob pena de ser decretada a revelia e as penalidades decorrentes de tal fato.
- c) Sejam aplicadas as regras da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sobretudo **A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA** em favor do Autor, como bem preceitua o art. 6º, inc. VIII, da aludida lei que afirma: **“a facilidade da defesa dos seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova em seu favor, em processo civil, quando, a critério do juiz for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências”**.



ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr^a JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

d) Julgar a demanda **PROCEDENTE EM SUA TOTALIDADE**, condenando o Réu a pagar ao Autor o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) a título de indenização do seguro DPVAT, **corrigindo desde a data da Medida Provisória nº340/2006**, posteriormente convertida na lei nº11.482/2007, **acrescido de juros de mora**, em conformidade com as Súmulas 43 e 54 do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

e) Que sejam condenados os Réus aos honorários, arbitrados em 30% sob o valor da condenação.

f) Entendendo Vossa Excelência necessidade de perícia, que sejam respondidos os quesitos do item IV.

g) Protesta provar por todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente prova documental e depoimento pessoal do preposto da Ré, ulterior juntada de documentos e oitivas de testemunhas, se entender necessário.

Dá-se a causa o valor de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,

Pede e espera deferimento.

Parnamirim/RN, 01 de outubro de 2019

JANAYNA MARIA ALVES BEZERRA
OAB/RN nº 9.776



Sistema Único de Saúde

JOSE DE SOUZA

Data Nasc.: 13/02/1967 Sexo: M

709 8020 3162 4092

DISQUE SAÚDE 136

Este cartão é de uso pessoal e intransferível.
Em caso de roubo ou perda, comunicar o Disque-Saúde.
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

SUS

ÁREA DE SINISTROS - DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

03 SET 2018

GENTE SEGURADORA S/A
R. dos Petiqueros, 2335 - Loja 4 - Natal - RN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
JOSE DE SOUZA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
306206225 SSP SP

CPF
491.204.414-87

DATA NASCIMENTO
13/02/1967

FILIAÇÃO
ANTONIO JOAO DE SOUZA
CARMEN QUITERIA DE SOUZA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AD

Nº REGISTRO
02326840900

VALIDADE
31/05/2022

1ª HABILITAÇÃO
23/08/1997

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR
JOSE DE SOUZA

LOCAL
PARNAMIRIM, RN

DATA EMISSÃO
01/05/2017

COORDENADOR DO SERVIÇO DE REGISTRO
61272383932
RN702607946

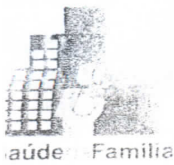
ASSINATURA DO EMISSOR
RIO GRANDE DO NORTE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1479705682

PROIBIDO PLASTIFICAR
1479705682







ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SESAD
COORDENADORIA DE ATENÇÃO À SAÚDE - CAS



FICHA DE REFERÊNCIA - FIR

Cartão do SUS: _____ Prontuário nº: _____

Da Unidade Básica de Saúde da Família: _____

Para Atendimento de Serviço Urgência: _____ ou

Atendimento de Serviço Especializado: ortopedista

Nome do Usuário: José de Sousa Idade: 5/12 Sexo: M

Nome do Responsável (em caso de menor de idade): _____

Patologia Clínica/Hipótese Diagnosticada: _____

Req. fratura punho L após queda antecidida em 05/07/2018.

Candido Martins Santana
Médico / CRM _____
CPF 019.000.000-00
1941

Diretor da UBS

20/09/2018
Data

Obs.: Caro colega, retornar a ficha pelo próprio usuário/portador.

FICHA DE CONTRA REFERÊNCIA - FICOR

Nome do Usuário: _____

Do Serviço de Atendimento Urgência: _____ ou

Serviço de Atendimento Especializado: _____

Para UBS : _____ Bairro : _____

Diagnóstico: _____

Conduta: _____

Retorno do Paciente: _____ dias; _____ mês(es); _____ ano(s) ao Serviço Referenciado.

Médico/CRM

Data



UNOTRAUMA

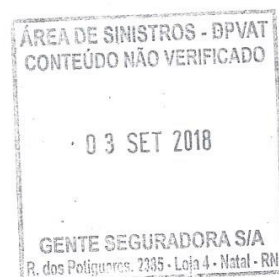
CLINICA DE FRATURAS DE PARNAMIRIM - S/S
Inscrição Municipal 000. 571-1 Inscrição Estadual ISENTA
CNPJ : 01.393.900 / 0001 - 09

ATESTADO MÉDICO

dir 04 40430
Atesto para os fins que se fizerem necessários que _____
foi atendido (a) neste serviço médico, às 1000 hs. Devendo ficar afastado de suas
atividades do trabalho por 30 (Trinta) () dias , a partir desta data . *Proferido*

Parnamirim (RN) , 12 de Julho de 2018

[Assinatura]
Rua Mena Barreto, 24 - Centro - Parnamirim (RN) Cep.: 59.140.170 - Tel.: (084) 3272 - 5025



UNOTRAUMA
CLINICA DE FRATURAS DE PARNAMIRIM - S/S
Inscrição Municipal 000. 571-1 Inscrição Estadual ISENTA
CNPJ : 01.393.900 / 0001 - 09

ATESTADO MÉDICO

Atesto para os fins que se fizerem necessários que Jose de Souza
foi atendido (a) neste serviço médico, às 1000 hs. Devendo ficar afastado de suas
atividades do trabalho por 15 (quinze) dias, a partir desta data 15/09/2018

Parnamirim (RN), 27 de agosto de 2018

Dr. Marconi Costa de Azevedo
Ortopedia - Traumatologia
CRM - 1637 - CPE - 096.121.064-67

Rua Mena Barreto, 24 - Centro- Parnamirim (RN) - Cep- 59140-170 - Tel (084) 3272-5025



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
Polícia Civil
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE Ocorrência

Unidade Policial: 1ª DELEGACIA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
Endereço: RUA EDGAR DANTAS, 1660, SANTOS REIS, PARNAMIRIM

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2018023004352

1.3 Tipo: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANO

1.2 Data de Expedição: 23/08/2018 10.04.18

1.4 Ligou CIOSP: Não

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 05/07/2018 23.00.00

2.3 Fato: Consumado

2.5 Meio(s) empregado(s): Veículo

2.6 Tipo do local: Via Pública

2.8 Número: S/N

2.2 Autoria: Conhecida

2.4 Flagrante: Não

2.7 Logradouro: R. DR. ÁTILA PAIVA, PARNAMIRIM

2.9 CEP:

2.11 Ponto de Referência: PRÓXIMO A RAINHA DO PASTEL

2.13 Cidade: PARNAMIRIM

2.10 Complemento: próximo a Rainha do Pastel

2.12 Bairro: VALE DO SOL

2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: JOSE DE SOUZA

3.3 Nome Social:

3.5 Etnia: Parda

3.7 Sexo: MASCULINO

3.9 CPF: 49120441487

3.11 Nacionalidade:

3.13 Profissão: SEGURANÇA

3.15 Telefone(s): 84 998502201

3.17 Número: 103

3.19 Bairro: VALE DO SOL

3.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

3.23 Cidade: PARNAMIRIM

3.2 Estado civil: União Estável

3.4 Pai: ANTONO JOÃO DE SOUZA

3.6 Mãe: CARMEN QUITERIA DE SOUZA

3.8 Orientação Sexual:

3.10 Identidade de Gênero:

3.12 Data de Nascimento: 13/02/1967

3.14 RG: 306206225 - SSP-SP

3.16 Passaporte:

3.18 Naturalidade: FLORES/PE

3.20 E-Mail:

3.22 Logradouro: RUA JOSE PAULO DO NASCIMENTO

3.24 CEP:

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S)

4.1.1 O DECLARANTE É A PRÓPRIA VÍTIMA

5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S)

(NÃO FORAM INCLUÍDOS ACUSADOS)

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S)

(NÃO FORAM INCLUÍDAS TESTEMUNHAS)

7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

7.1.1 Segurado: Não

7.1.3 Chassi: 9C2KD0810GR437493

7.1.5 Placa: QGE6262

7.1.7 Marca: HONDA

7.1.9 Ano do Modelo: 2016

7.1.11 Cor do veículo: PRETA

7.1.13 Nota Fiscal:

7.1.15 Nome do proprietário: JOSE DE SOUZA

7.1.17 Nome do condutor: JOSE DE SOUZA

7.1.18 Observações:

7.1.2 Seguradora:

7.1.4 Renavam: 01081710095

7.1.6 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

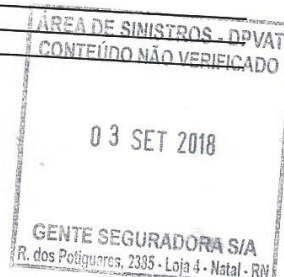
7.1.8 Modelo: NXR160 BROS ESDD

7.1.10 Ano de Fabricação: 2016

7.1.12 Tipo do veículo: MOTOCICLETA

7.1.14 Número do Motor:

7.1.16 Vínculo com a Ocorrência:



8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico

O COMUNICANTE VEIO A ESTA UNIDADE POLICIAL INFORMAR QUE NA DATA ACIMA CITADA ESTAVA EM SUA MOTOCICLETA TRABALHANDO HAJA VISTA SER SEGURANÇA E TRABALHA NA SUA MOTOCICLETA EM PATRULHAMENTO NAS RUAS DESTA CIDADE, QUE TRABALHA DE SEGURANÇA AUTÔNOMO E QUE NESTA DATA ACIMA CITADA UM VEÍCULO A SUA FRENTE FREOU PARA NÃO ATROPELAR UM CACHORRO E QUE CHOVIA NESTE DIA E AO TENTAR FREAR PARA NÃO COLIDIR COM O VEÍCULO A MOTO DERRAPOU ONDE O MESMO VEIO AO CHÃO NAS PROXIMIDADES DO RESTAURANTE RAINHA DO PASTEL, QUE AINDA PASSOU 05 DIAS TRABALHANDO E SENTINDO DORES E A MÃO INCHADA E NÃO SABIA QUE TINHA FRATURADO O PUNHO ESQUERDO, QUE FOI AO HOSPITAL "CLÍNICA DE FRATURAS DE PARNAMIRIM S/C CNPJ 01.393.900/0001-09" ONDE FOI ATENDIDO PELO MEDICO MARCONI COSTA DE AZEVEDO CRM 1637 CPF: 096.121.064-87. E MAIS NADA ADIANTOU O COMUNICANTE

9.2 Informações do CIOSP

9.3 Outras Providências

FEITO O BOLETIM DE OCORRÊNCIA E ENTREGUE CÓPIA AO COMUNICANTE

10. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NÃO FOI COMPLEMENTADO)

11. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.
Data 23/08/2018 10.04.18

Policial

Interessado



Polegar direito

Atendimento: 1925172 - JERCIIVALDO ANDRADE DO NASCIMENTO
Impresso por: 1925172 - JERCIIVALDO ANDRADE DO NASCIMENTO em 23/08/2018 10:04:23

FINAL DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Protocolo: J2018023004352 - Código de autenticação: ffd4e034e336d18da551588aeecc4a8aa

J2018023004352

Página 1 1



Assinado eletronicamente por: JANAYNA MARIA ALVES BEZERRA - 14/10/2019 16:10:47

https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101416104667300000048115883

Número do documento: 19101416104667300000048115883

Num. 49811799 - Pág. 1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN Nº 013702412335
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA: 1 COD. RENAVAM: 01081710095 RNTRO: ***** EXERCÍCIO: 2018

NOME: JOSE DE SOUZA

PLACA: 491-204-114-87

CHASSI: QGE6262

ESPECIE TIPO: QGE6262/RN COMBUSTIVEL: 902K00810GR437493

PASSAGEIRO/MOTOCICLISTA/NAO APPLICAVE ALCOOL - GASOL

MARCA/MODELO: HONDA/NXR160 BROS ESDD

ANO FAB: 2016 ANO MOD: 2016

CAP/POT/CIL: 162 CATEGORIA: 1

OCV/162 CITINDRADAS PARTICULAR PRETA

FAIXA I.P.V.A.: R\$ 0.00 06/03/2018 1º PAGO

PARCELAMENTO/COTAS: 2º PAGO

PREMIO TARIFARIO (R\$): R\$ 014920.3X 3º PAGO

IOF (R\$): R\$ ***** DATA DE PAGAMENTO: 23/02/2018

TAXAS DETRAN: PAGO *** DPVAT: PAGO

OBSERVAÇÕES: MOTOR: KD08E1G437365

DATA: 23/02/2018

COORDENADOR DE REGISTRO DE VEÍCULOS

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE VOLTADOS PARA CARGA/PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

RN Nº 013702412335 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

VIA: 1 CPF / CNPJ: 491.204.114-87 PLACA: QGE6262

RENAVAM: 01081710095 MARCA / MODELO: HONDA/NXR160 BROS ESDD

ANO FAB: 2016 CAT. ITRF: 9 Nº CHASSI: 9C2K00810GR437493

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$): DENATRAM (R\$): CUSTO DO SEGURO (R\$):

CUSTO DO BILHETE (R\$): IOF (R\$): TOTAL A SER PAGO SEGURO (R\$):

PAGAMENTO: ☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO:


SEGURADORA LÍDER - DPVAT
CNPJ 09.248.608/0001-04

03 SET 2018

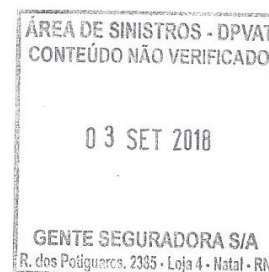
ÁREA DE SINISTROS - DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

GENITE SEGURADORA S/A
R. das Palmeiras, 795 - Lapa - RJ



 PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e	Nº da Nota 000000197	Nº de Substituída		
	Data e Hora de Emissão 15/08/2018 às 11:24:44	Competência AGO/2018		
	Código de Verificação JFUD29780	Data Prestação de Serviço 15/08/2018		
PRESTADOR DE SERVIÇOS				
CNPJ: 01.393.900/0001-09 Razão Social: CLINICA DE FRATURAS DE PARNAMIRIM S/C Endereço: RUA ASP MENA BARRETO, 24, 59150-000, CENTRO Município: PARNAMIRIM UF: RIO GRANDE DO NORTE Telefone: (84) 3272-5025 E-mail: unotrauma@gmail.com Inscrição Municipal: 000.571-1				
TOMADOR DE SERVIÇOS				
Nome/Razão Social: JOSE DE SOUZA CPF/CNPJ: 491.204.414-87 Endereço: RUA JOSE PAULO DO NASCIMENTO, 103, 59143-285, VALE DO SOL Município: PARNAMIRIM UF: RN Telefone: E-mail:				
SERVIÇOS				
4.03 - HOSPITAIS, CLÍNICAS, LABORATÓRIOS, SANATÓRIOS, MANICÔMIOS, CASAS DE SAÚDE, PRONTOS-SOCORROS, AMBULATÓRIOS E CONGÊNERES.				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇOS MÉDICOS PRESTADOS AO SR. JOSÉ DE SOUZA EM 12.07 E 27.07.18.	1,00	360,00	360,00
VALOR TOTAL DA NFS-e R\$:				360,00
Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Outras Retenções (R\$)
0,00	360,00	2,00	7,20	0,00
INSS (R\$)	IRPJ (R\$)	CSLL (R\$)	COFINS (R\$)	PIS/PASEP (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS INFORMAÇÕES				
DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL. NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI.				

Imprimir em PDF





por a Janze

1
Nº 10718
19/10/2018

10718

Dr. Marconi Costa de Azevedo
Ortopedia - Traumatologia
CRM - 1637 - CPF : 996.121.064-87

Rua Mena Barreto, 24 - Fone: 3272-5025 - Centro - Parnamirim/RN
(Atrás da Igreja Matriz)

Ao retornar, favor trazer esta receita





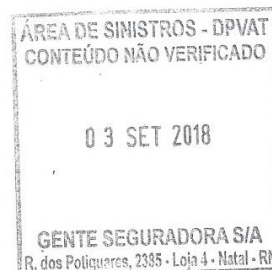
Receita
Receita por exame realizado
avaliada com nota aprovada
procedimento realizado
Afectado com 2 exames
Seg o processo clínico com 2 H 11778

28/8

Dr. Marconi Costa de Azevedo
Ortopedia - Traumatologia
CRM - 1637 - CPF : 096.121.064-87

Rua Mena Barreto, 24 - Fone: 3272-5025 - Centro - Parnamirim/RN
(Atrás da Igreja Matriz)

Ao retornar, favor trazer esta receita



SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS			
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL			
NOME: <u>Clinica de Fraturas de Parnamirim s/c</u>		UNIDADE: <u>CÓDIGO / CNPJ: C.N.P.J. 01.393.900/0001-09</u>	
NOME DO CLIENTE: <u>Jose de Souza</u>			
DATA DE NASCIMENTO: <u>13.02.67</u>	ENDEREÇO: <u>R. Jose Paulo do Nascimento s/n</u>		
MUNICÍPIO: <u>Parnamirim</u>	UF: <u>RN</u>	SEXO: <u>Masc</u>	
RESPONSÁVEL: <u>O mesmo</u>			
CPF DO MÉDICO: <u>096.121.064-87</u>	PROCED. SOLICITADO:		DATA DA EMISSÃO: <u>15-08-18</u>
PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS: <u>paciente com dor no membro superior direito há 36 horas. Paciente relatou queda de uma escada e no momento da avaliação o paciente apresenta dor ao movimento ativo e passivo do membro superior direito.</u>			
PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS: <u>Uso de</u> <u>curativo</u>			
DIAGNÓSTICO INICIAL: <u>Síndrome de Fournier</u>		AUDITOR:	
PROCEDIMENTO SOLICITADO: <u>Curativo</u>		DATA: <u>15-08-18</u>	
ASS. DO MÉDICO ASSISTENTE: <u>Dr. Marcela Costa de Azevedo</u>		CRM: <u>5637</u>	
Especialidade: <u>Ortopedia - Traumatologia</u>		CRM - 1637- CPF : 096.121.064-87	



Jose de Souza

Tel: 5850.2201

12-07-8

R. José de Souza
R. José Paulo do Nascimento N 103. Vale dosol - Parnaíba
12-02-02

10da Nov. 13.02.67

12718

12718
m further E before lunch part
of day too after lunch &

[illegible]

A. furcata E. = *Whitneyi* Furber

Count: 1000

new seeds

9778

718 New York Street - Long Beach

New York Nov. 7
R. R. R. T. - 1000 ft.
Yosh. Nov. 8

17 Nov 68

ÁREA DE SINISTROS - DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

03 SET 2018

GENTE SEGURADORA S/A





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 27 de Maio de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180406873

Vítima: JOSE DE SOUZA

Data do Acidente: 05/07/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JANAYNA MARIA ALVES BEZERRA

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), JOSE DE SOUZA

Informamos que não recebemos a documentação complementar solicitada necessária à análise do pedido do Seguro DPVAT.

Como o prazo de 180 (cento de oitenta) dias concedido para a entrega dos documentos terminou, o seu pedido foi cancelado.

Para a reabertura do pedido do Seguro DPVAT, retorne ao ponto de atendimento onde o seu processo foi iniciado para apresentar os documentos já solicitados.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00479/00480 - carta_16 - INVALIDEZ

00010240



Carta nº 14363019

